

Acta Número Sete

----- Aos onze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove reuniu sob a presidência do Sr. Dr. Francisco Costa, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efectuada a vinte e cinco de Novembro de dois mil e nove. -----

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, a qual, devidamente rubricada, faz parte integrante desta acta. -----

----- O Professor Doutor José Manuel Nunes Castanheira da Costa participou nesta reunião, sem direito a voto, na qualidade de Reitor da Universidade da Madeira. Esteve também presente o Sr. Professor Doutor Bernardo Vasconcelos para apoiar o Sr. Conselheiro Robin Farquhar na interpretação simultânea dos assuntos tratados durante a reunião. -----

----- O Sr. Presidente do Conselho Geral informou os senhores conselheiros que o Sr. Conselheiro António Brehm estaria ausente no início da reunião, conforme justificação apresentada, e registou igualmente a ausência, nesta altura, do Sr. Conselheiro David Caldeira. -----

----- No período antes da ordem do dia, o Sr. Conselheiro José Carmo sugeriu ao Sr. Presidente do Conselho Geral uma alteração à ordem de trabalhos, propondo que os pontos quatro, cinco e onze transitassem para o final da agenda. Por outro lado, também a Sra. Conselheira Teresa Nascimento propôs à mesa a antecipação da discussão e votação do ponto doze da ordem de trabalhos. Não se tendo o plenário oposto relativamente aos pedidos efectuados, foi a ordem de trabalhos alterada passando a ser abordados os pontos dela inicialmente constantes de acordo com a nova sequência que a seguir se apresenta: do ponto um ao ponto três, ponto doze, do ponto seis ao ponto dez, pontos quatro, cinco, onze e treze. -----

----- No **ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da Acta Número Seis do Conselho Geral**, o Sr. Presidente do Conselho Geral questionou os senhores



conselheiros sobre a existência de alguma proposta de alteração a fazer à acta. A Sra. Conselheira Helena Jardim entregou à mesa uma declaração de voto de protesto em relação à posição do Sr. Reitor face ao Ensino Politécnico na UMa, que foi lida em voz alta pela própria e que a seu pedido ficará anexada à acta. -----

----- Pelo Sr. Conselheiro Mário Cunha foi recomendada a revisão da expressão “papel pedagogo” (página número quatro da acta número seis) substituindo-a por “papel de pedagogo”, recomendação esta que mereceu o consenso dos senhores conselheiros. --

----- A acta número seis do Conselho Geral foi em seguida submetida à ratificação com as alterações antes mencionadas, tendo sido votada e aprovada por maioria sem votos contra, com uma abstenção e dezassete votos a favor. -----

----- Nesta ocasião foi registada a presença do Sr. Conselheiro David Caldeira. -----

----- **Ponto dois da ordem de trabalhos, Informações.** Neste ponto o Sr. Presidente do Conselho Geral pediu ao Sr. Reitor para prestar ao plenário as informações que considerasse relevantes o que, no essencial, foi feito nos termos seguintes:-----

----- **Ponto dois ponto um da ordem de trabalhos, Regulamento da Prestação de Serviço de Docentes.** O Sr. Reitor informou que este documento havia estado em consulta na academia e que iria voltar a estar, já com as primeiras sugestões de alteração introduzidas, terminando o prazo de consulta a dez de Janeiro de dois mil e dez. Será depois presente à Comissão Académica do Senado. -----

----- Neste ponto, por impossibilidade de o fazer em tempo útil de consulta, o Sr. Conselheiro Robin Farquhar formulou as seguintes sugestões:-----

----- a) A introdução de um sexto componente no artigo sexto contemplando a expressão artística e o design criativo; -----

----- b) A introdução de um quarto perfil na tabela I constante do número dois do artigo décimo para os docentes que venham a integrar *task forces* com dedicação a outras tarefas (como por exemplo, ligações à indústria, exército, etc.) às quais imputassem sessenta por cento ou mais do seu tempo, reduzindo o tempo de dedicação à docência e à investigação. -----

----- c) As escolhas para a função serem devidamente articuladas entre o respectivo Presidente do Centro de Competência e o Reitor. -----

----- Igualmente, as Sras. Conselheiras Luísa Paolinelli e Teresa Nascimento quiseram dar a sua contribuição, alertando respectivamente, para uma melhor explanação das definições de Tempo Integral e Tempo Parcial e para a introdução do Serviço à Comunidade através da Prestação de Serviços, tal como está previsto na alínea

e), número dois, artigo segundo dos Estatutos da UMa com a seguinte redacção: “ *A colaboração no desenvolvimento da Região onde se insere através da formação de quadros e da prestação de serviços necessários ao progresso e desenvolvimento da Sociedade*”. -----

----- No **ponto dois ponto dois** da ordem de trabalhos, **Regulamento de Recrutamento e Selecção**, o Sr. Reitor explicou sucintamente que o documento em causa resulta das novas normas legais aplicáveis neste domínio e que as reflecte inteiramente. -----

----- No **ponto dois ponto três** da ordem de trabalhos, **Regulamento de Férias**, o Sr. Reitor informou o plenário de que este resulta da necessidade de disciplinar o período de gozo de férias de todos os funcionários da Universidade, no sentido de garantir o regular funcionamento da instituição. -----

----- **Ponto dois ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Outras Informações**, nada mais houve a informar. -----

----- **Ponto três** da ordem de trabalhos, **Parecer sobre os mandatos dos membros do Conselho Geral**. O Sr. Presidente do Conselho Geral abordou as razões que levaram à necessidade de fixação de critérios nesta matéria e de obtenção de parecer jurídico para tal efeito. Aberta a discussão ocorreram diversas intervenções, nomeadamente as que se debruçaram sobre se se justificaria um pedido de parecer sobre matéria que estaria claramente explicitada no artigo décimo sétimo dos Estatutos da UMa, sobre o facto de ser pedido um parecer a um outro jurista que não os da Universidade ou que para ela trabalham directamente, bem como sobre outros aspectos da legitimidade da manutenção do exercício do cargo, tanto no plano jurídico como no plano ético. Concluída a discussão, foi colocada à votação a ratificação da orientação constante do parecer do Dr. Guilherme Silva a qual foi aprovada com três votos contra, uma abstenção e quinze votos a favor - **deliberação número catorze/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- No **ponto doze** da Ordem de Trabalhos, **Regulamento das Comissões do Conselho Geral**, foi o referido documento colocado à discussão pelo Sr. Presidente do órgão mostrando os senhores conselheiros vontade de proceder a algumas alterações com o objectivo de o simplificar, conferindo-lhe simultaneamente a natureza de Linhas de Orientação (por oposição a Regulamento) e incluindo a eliminação do Capítulo Segundo. -----

----- Foram ainda propostas pelos Srs. Conselheiros Paula Castilho e Robin Farquhar, respectivamente, a introdução de uma alínea f) no artigo terceiro com a seguinte redacção: *Elaborar pareceres para o plenário do Conselho Geral sobre os assuntos da sua alçada*; e a introdução de um sexto artigo, relativo ao secretariado, com a seguinte proposta de redacção: *O Presidente do Conselho Geral diligenciará a disponibilização de um técnico superior da Universidade da Madeira para tratar de assuntos como: envio de convocatória onde conste a respectiva agenda, data, hora e local de encontro, elaboração de actas e encaminhamento das deliberações de cada uma das comissões.* --

----- Ainda neste ponto, a Sra. Conselheira Teresa Nascimento sensibilizou a mesa para o facto de, no intervalo entre reuniões, os membros do Conselho Geral deverem receber informação que se revela importante para a comunidade académica.-----

----- Perante a natureza e multiplicidade de sugestões apresentadas, o Sr. Conselheiro Paquete de Oliveira recomendou que o documento fosse objecto de ponderação e reformulação para posterior reapreciação pelo Conselho, sugestão esta que acolheu o consenso unânime dos senhores conselheiros. -----

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Rectificação da decisão de criação do M-ITI**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a explicar ao plenário a decisão agora tomada pela Carnegie Mellon University no sentido de abraçar o projecto M-ITI (*Madeira Interactive Technologies Institute*) como Associado Honorário, ao invés de Associado Fundador. O Sr. Reitor fez sentir ao plenário que tal decisão resultara da necessidade de observar normas vigentes nos Estados Unidos da América e que, como tal, esta condição de Associado Honorário teria que ser posteriormente submetida à Assembleia Geral da Associação M-ITI para ratificação. Neste ponto, o Sr. Reitor lembrou também ao Conselho Geral que o orçamento da Associação M-ITI seria apresentado ao plenário. A proposta de rectificação dos termos em que a Carnegie Mellon University integra o M-ITI foi votada e aprovada por unanimidade - **deliberação número quinze/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- No **ponto sete** da ordem de trabalhos, **Regulamento do Provedor do Estudante**. Em tempo útil o documento em discussão foi apreciado pela Comissão do Conselho Geral para os Assuntos Jurídicos sendo agora colocada à apreciação do plenário. Após troca de impressões e sugestões, foi o documento votado na generalidade resultando em aprovação por unanimidade. Já na especialidade, foram aprovadas as alterações que aqui se transcrevem:-----

----- **Artigo segundo:** eliminação do ponto 3 com renumeração dos pontos seguintes. Colocada à votação, esta alteração foi aprovada com seis votos contra, três abstenções e dez votos a favor. -----

----- **Artigo oitavo:** passagem do ponto b. do número um para novo ponto b. do número dois com o consequente reordenamento dos restantes pontos destes dois números. Colocada à votação, esta alteração foi aprovada por unanimidade. -----

----- Os restantes artigos foram aprovados por unanimidade. -----

----- Após a referida apreciação na especialidade, foi então o **Regulamento do Provedor do Estudante**, com as alterações anteriormente adoptadas, submetido à votação na globalidade, tendo sido aprovado por unanimidade - **deliberação número dezasseis/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- Nesta ocasião foi registada a presença do Sr. Conselheiro António Brehm. -----

----- No **ponto oito** da ordem de trabalhos, **Mestrados cuja gestão é atribuída aos Colégios**, o Sr. Presidente pediu ao Sr. Reitor que elucidasse o plenário sobre o conteúdo do mesmo. Após sucinta explicação foi o documento colocado à discussão pelo Sr. Presidente, tendo sido votadas e aprovadas por unanimidade as seguintes alterações propostas pelo Sr. Conselheiro José Carmo: -----

----- A introdução de uma alínea d) no ponto 1, com a seguinte proposta de redacção: *A sua gestão não seja atribuída a um Instituto.* -----

----- A introdução de um ponto quatro com a seguinte proposta de redacção: *O regulamento da avaliação aprovado pelos Colégios aplica-se a todos os cursos de Primeiro e Segundo Ciclo da Universidade, salvo disposição em contrário emanada pelos órgãos competentes da Universidade.* -----

----- Para além destas alterações e na sequência de intervenção da Sra. Conselheira Helena Jardim, o Sr. Reitor retirou a sua proposta de inserção do Mestrado em Gerontologia Especialidade em Gerontologia Social no Colégio Politécnico da Sociedade do Conhecimento, passando este Mestrado a assumir a figura de Projecto. ----

----- Seguidamente o documento, alterado nos termos acima expressos, foi submetido a votação e aprovado na globalidade por unanimidade - **deliberação número dezassete/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto nove** da ordem de trabalhos, **Relatório sobre a Auditoria**. Por solicitação do Sr. Presidente do Conselho Geral, o Sr. Reitor explicou ao plenário as principais preocupações expressas no documento, tendo os senhores conselheiros solicitado alguns esclarecimentos ao Sr. Reitor, que os deu, sobre a transferência de

património para a UMa das propriedades que estão ou estiveram sob a alçada da Acção Social quer na Rua de Santa Maria (que aguarda regularização) quer na Rua da Carreira (que aguarda decisão superior). De igual modo, o Sr. Reitor prestou esclarecimentos sobre as dúvidas e questões que se levantaram sobre a atribuição do Subsídio de Insularidade aos funcionários da UMa e o quadro normativo que presentemente se lhe aplica. -----

----- O Conselho Geral tomou boa nota dos Relatórios sobre as auditorias à Universidade e aos Serviços de Acção Social. -----

----- Nesta ocasião foi registada a ausência do Sr. Conselheiro António Brehm. -----

----- **Ponto dez** da ordem de trabalhos, **Fiscal Único**. Tendo o Sr. Reitor feito a proposta de nomeação dos Revisores Oficiais de Contas Dr. José Martinho Soares Barroso e Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira para o exercício das funções de, respectivamente, Fiscal Único e Fiscal Único Suplente da Universidade da Madeira, o Conselho Geral votou e aprovou por unanimidade a sua nomeação - **deliberação número dezoito/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- Nesta ocasião, pelas treze horas e trinta minutos, foram os trabalhos interrompidos para almoço, tendo sido retomados pelas quinze horas e trinta minutos com a presença da totalidade dos membros do Conselho Geral. -----

----- **Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Regras gerais de distribuição orçamental para dois mil e dez**. Para apresentar o documento a discutir e esclarecer os Srs. Conselheiros sobre possíveis dúvidas relativas a este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou a Sra. Administradora da UMa Dra. Carla Cró e o Sr. Vice-Reitor Professor Doutor Miguel Xavier a juntarem-se ao plenário. -----

----- No decurso da apresentação e discussão do documento foram abordados diversos pontos, nomeadamente, no âmbito: das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e da respectiva evolução; da criação de fundos para investigação e do apoio prestado pelo Banco Santander Totta; da criação de um centro de tradução e edição de texto e respectivo orçamento; do número de prestações possíveis para pagamento das propinas com aumento de três para quatro, bem como no da criação de um fundo de apoio aos alunos, financiado, entre outros, pelo Banco Santander Totta. ----

----- Tendo-se ausentado os senhores convidados, o Sr. Reitor salientou que a completa execução do que fora apresentado dependia da dotação a atribuir pelo Ministério da Tutela cujo valor ainda se desconhece. -----

----- Este documento foi alvo de apreciação e parecer favorável pelo Sr. Presidente da Comissão do Conselho Geral para os Assuntos Financeiros, Sr. Conselheiro Eduardo Jesus, de que se transcreve: "...respeita o enquadramento legal previsto, releva adequada abrangência e dá cumprimento aos princípios da boa gestão." -----

----- O documento foi votado e aprovado por maioria com zero votos contra, duas abstenções e dezoito votos a favor - **deliberação número dezanove/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- No **ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Regras de distribuição do número de ETIs e contratações**, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a apresentar o documento, o que foi feito, após o que foi aberta a discussão. No decurso desta, vários senhores conselheiros abordaram diversos pontos relevantes neste domínio, designadamente no que respeita: à abertura de vaga para Professor Catedrático na Área das Artes e Humanidades que tem dado um grande contributo à atracção de alunos à Universidade; aos dois concursos abertos e publicados para Professores Catedráticos que aguardam decisão judicial; à possível contratação de não docentes e à consideração ou não da existência de alternativas dentro da UMa; à abertura de concursos para docentes a curto prazo e ao respectivo efeito sobre a progressão de actuais docentes, bem como à questão de o Ensino Politécnico não ter o número de docentes doutorados exigido pela nova legislação em vigor. Os Srs. Conselheiros Sílvio Fernandes e Teresa Nascimento sublinharam a necessidade de se introduzir uma correcção no que respeita ao rácio do curso de Comunicação, Cultura e Organizações, que até à elaboração do presente orçamento sempre fora considerado na proporção de um para doze, bem como na atribuição, que consideram indevida, de unidades curriculares da Área da Psicologia a outros Centros de Competência que a não o de Artes e Humanidades. Referiram ainda os mesmos Srs. Conselheiros que, não correcção destes factores acarreta consequências manifestas na impossibilidade de abertura de vaga para Catedrático e na redução da dotação orçamental do Centro de Competência de Artes e Humanidades. -----

----- Não obstante a discussão e as apreciações efectuadas, o Sr. Conselheiro Robin Farquhar salientou a alta qualidade que atribuíra ao documento considerando-o "sistemático, sensível e transparente" posição esta que foi secundada por outros senhores conselheiros. -----

----- O documento foi votado e aprovado por maioria com zero votos contra, cinco abstenções e quinze votos a favor - **deliberação número vinte/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- Nesta ocasião foi registada a ausência da Sra. Conselheira Bárbara Vieira. -----

----- No **ponto onze** da ordem de trabalhos, **Linhas Gerais de Avaliação de Desempenho do Corpo Docente**, por recomendação do Sr. Reitor foi também colocado à discussão um documento com as **Linhas Gerais de Avaliação de Desempenho do Corpo Não Docente** da Universidade da Madeira à luz do SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação na Administração Pública), Lei n.º66-B/2007 de 28 Dezembro, inicialmente integrado no ponto treze.-----

----- Posto à discussão o primeiro destes documentos foram apresentadas as seguintes propostas de alteração:-----

----- Pela Sra. Conselheira Teresa Nascimento a introdução de uma nova linha geral com o número oito, nos seguintes termos : -----

----- **Nova linha geral número oito** - *A avaliação de desempenho terá em consideração a especificidade de cada área disciplinar.* Votada e aprovada por maioria com um voto contra, quatro abstenções e catorze votos a favor. -----

----- Pelo Sr. Conselheiro José Carmo, a introdução de uma outra nova linha geral, com o número nove, nos seguintes termos:-----

----- **Nova linha geral número nove** - *Os docentes podem ter perfis de desempenho diferentes, em moldes a definir.* Votada e aprovada por maioria com três votos contra, oito abstenções e oito votos a favor. -----

----- Também pelo Sr. Conselheiro José Carmo foi formulada uma proposta de alternativa às linhas cinco e seis deste documento com a seguinte redacção: *a avaliação de desempenho, pelo menos na sua formulação final, assumirá uma menção qualitativa.* Esta proposta foi rejeitada por quinze votos contra, uma abstenção e três votos a favor.--

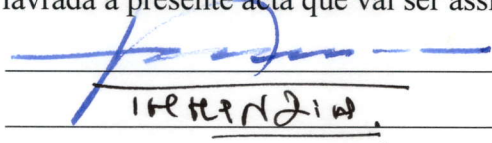
----- O documento foi então votado na globalidade com as alterações anteriormente explicitadas, tendo sido aprovado com zero votos contra, uma abstenção e dezoito votos a favor - **deliberação número vinte e um/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -

----- Seguidamente foi submetido à votação o segundo documento anteriormente referido, **Linhas Gerais de Avaliação de Desempenho do Corpo Não Docente**, o qual foi aprovado por unanimidade **deliberação número vinte e dois/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- No **ponto treze** da ordem de trabalhos, **Outros Assuntos**. Nada mais houve a registrar. -----

----- O Sr. Presidente do Conselho Geral, perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da acta, produzindo esta efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes. -----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, dela tendo sido lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei.---



Secretaria.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei favoravelmente a ratificação da Acta nº 6 do Conselho Geral (CG) do dia 23/07/09 por entender que transcreve o essencial das deliberações e assuntos objecto da anterior reunião.

Porém não posso deixar de, nesta declaração de voto, manifestar o meu protesto relativamente à situação insustentável em que se encontra o Politécnico da UMa, mormente o Ensino de Enfermagem. É patente a incompreensão relativamente à especificidade deste Subsistema de Ensino Superior, apesar do Magnífico Reitor ter sido “... *receptivo a esta preocupação*” (conforme fl. 8 da Acta nº 6 do CG).

Para além dos contactos formais e informais insistentes, por parte do Conselho Directivo da ESEM alertando para aquela problemática, para as profundas alterações do Estatuto da carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, para os art.º 49º e 50º da Lei nº 62/2007 de 10/09, informo o CG de que esta situação não foi devidamente acautelada.

Discrimino abaixo algumas das diligências formais efectuadas:

- Envio do Extracto da Acta nº 103 de 05/03/2008 da Comissão Científica da ESEM ao Magnífico Reitor a qual reflectia a situação limite e a insatisfação de todos os elementos da ESEM, enfatizando o não cumprimento do *ratio* dos docentes ETI/alunos, bem como a incompreensão da especificidade do Ensino Superior Politécnico, particularmente o sentido de responsabilidade e respeito para com os normativos Europeus e Nacionais do Ensino da Enfermagem;
- Proposta interna nº 5 de 05/05/2009 da Presidente do Conselho Directivo (CD) da ESEM a solicitar ao Sr. Reitor a abertura de vagas para concurso de Prof. Adjunto;
- Reuniões do CD com o Sr. Reitor a 06/05/2009 e a 20/08/2009, nas quais se abordou a necessidade da abertura de dois concursos nas áreas de especialidades indispensáveis aos cursos da Unidade (o que na opinião do Sr. Reitor eram insuficientes para colmatar as necessidades de professores de carreira da ESEM) e a brevidade da saída da nova lei da carreira docente do Ensino Superior Politécnico (Decreto Lei nº 207/2009 de 31/08).

Na segunda Reunião, o Sr. Reitor informou que:

→ **Após rescisão dos contratos dos assistentes abriria os referidos concursos.** Esta rescisão ocorreu, não foram abertos concursos, a nova lei foi aprovada, os alunos estiveram sem aulas e só posteriormente encontrou uma solução alternativa de professor convidado equiparado a adjunto.

→ **Até Janeiro de 2010 seria desenhado um Plano para a Enfermagem visando dotar o seu pessoal docente na carreira.** Os assistentes da ESEM, detentores de formação académica exigida pela lei anteriormente em vigor, com diversos anos de experiência de ensino nesta Instituição, não têm oportunidade de entrar na carreira, dadas as profundas alterações da legislação actual do Ensino Superior Politécnico (totalmente distinto do Ensino Superior Universitário).

Finalmente, saliento que todas as diligências mencionadas visavam tão só a salvaguarda da Qualidade do Ensino de Enfermagem e a sua acreditação, o respeito pela legislação em vigor, o reconhecimento do trabalho dos docentes e seu empenho incondicional e, em última análise, o prestígio da UMa no mundo académico e científico.

Funchal, 11 de Dezembro de 2009

A Conselheira



(Prof. Doutora Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim)